

AMAZÔNIA: O DESAFIO

por Jarbas Passarinho

Faz um ano ou dois, compareci como convidado a um seminário sobre a Amazônia, promovido por ambientalistas no auditório do Senado. Esperava ouvir um debate entre preservacionistas, que entendem ser inconciliável o desenvolvimento com a conservação do meio ambiente, e os conservacionistas, que afirmam possível a compatibilização. Preservacionistas são criticados por optarem pela natureza e não pelo homem, esse animal destruidor do meio ambiente. Essa corrente parece perder terreno. A segunda, mais sensata, parte do princípio de que são indissociáveis as questões sociais e ambientais. Condiciona, porém, o desenvolvimento ao respeito ao meio ambiente. Defende a exploração das riquezas sem dano à ecologia.

Ao dirigir-me para o seminário, já se haviam passado cinco ou seis anos desde que, ainda

senador, fora o relator da CPI do desmatamento da floresta amazônica. Nela, ouvimos ministros de Estado, cientistas, dirigentes da Sudam - Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia, do INPA - Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, e do INPE - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. O relatório, aprovado por unanimidade no plenário do Senado, concluía que o desmatamento já chegava a 7% do total da floresta e alertava para o perigo da velocidade do crescimento linear devida à exploração predatória da madeira. Descartava a hipótese equivocada das projeções do Banco Mundial, influenciadas por Philip Fearnside, pesquisador do INPA. Ele afirmara, em artigo publicado na Acta Amazônica de setembro de 1978, que o desmatamento atingira 7,7 milhões de hectares e que toda a floresta de Rondônia estaria destruída em

1990 e a do Pará em 1991.

Puro alarmismo, a que não raro os cientistas se permitem. Na mesa dos trabalhos estava Fearnside, o que me deixou prevenido. A delicadeza da presidente da mesa tirou-me da platéia, honrando-me com um assento ao seu lado. Impressionou-me a exposição do jovem ambientalista Paulo Moutinho, do IPAM - Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia. Profligou o desmatamento predatório, defendeu projetos de exploração racional da biodiversidade e atacou o programa governamental *Avança Brasil*. Concluiu lançando-nos a todos o desafio: decidir o destino da Amazônia e o tipo de rodovias vitais como a Santarém/Cuiabá, “porque provocaria uma sucessão de incêndios nas suas margens”. O argumento incomodou minha convicção de que a humanização da floresta não deve ser impedida, proibidas as

hidrelétricas e as estradas. Aquelas são importantes para a geração de energia e estas são vitais para o transporte dos produtos rurais. Pareceu-me que a sua proposta desenvolvimentista preserva a todo custo o equilíbrio ecológico e sugere, em vez da exploração da madeira, o aproveitamento de recursos da biodiversidade que identifiquei como silvicultura e que entende serem mais produtivos.

Meses depois o IPAM me enviou um opúsculo *A Floresta Amazônica*, do jornalista Marcelo Leite, que defende princípios racionais: exploração da madeira que “pode gerar renda e emprego mais que a agropecuária e o extrativismo não-madeireiro sem degradação da floresta”; projetos de aproveitamento da riqueza existente na biodiversidade, mas que “difícilmente sustentariam mais que populações locais”; e a conscientização do valor da floresta como fornecedora de “*commodities* do futuro”. Coincidentemente, uma dessas *commodities* pode ser o carbono. Freqüente reuniões do Centro de Estudos Estratégicos (CEE), em Brasília, onde se tem como certo vir a ser em curto prazo o “seqüestro de carbono” parte de um mercado da ordem de bilhões de dólares, do qual o Brasil poderia ser

grande beneficiário.

Antes porém que isso se torne viável, o essencial é ter a consciência de que é criminoso manter o desmatamento predatório, pois a floresta é extingüível se essa estúpida exploração não for impedida. Preocupa-me o que acabo de ler na última revista *Parcerias Estratégicas do CEE*. Na CPI de que fui relator no Senado, baseei-me nos levantamentos do INPE pelo satélite Landsat. Os desmatamentos tinham, até 1989, somado 343.975 Km², o equivalente a pouco mais de 7% da área da Amazônia Legal. Ora, a revista do CEE, baseada no mesmo INPE, saltou o desmatamento para 552.000 Km² em 1998, ou seja, mais de 11% da área total! Ou seja, 4% de aumento de desmatamento em nove anos. O pior é que nas tabelas da revista do CEE, o triste campeonato pertence ao Pará, com quase 19 milhões de hectares de desmatamento, seguido do Maranhão com 10 milhões e Rondônia com 5 milhões. Os municípios mais afetados situam-se ao longo da Transamazônica, da Belém/Brasília e da Santarém/Cuiabá. O sinal amarelo que acendemos na CPI de 1989 de nada valeu.

Como se fosse pouco, na

publicação da Fundação Konrad Adenauer, de setembro de 2001, escreve o professor Gerd Kohlhepp, diretor do Centro de Pesquisas da América Latina e consultor do Programa Internacional para Conservar Florestas Tropicais Brasileiras, que o percentual do desmatamento já terá atingido 13,5%. Sustenta que a destruição da floresta tropical da Amazônia “foi causada 50% pela colonização agrária, 45% pela pecuária e agricultura, e os restantes 5% pela indústria madeireira, minerações, hidrelétricas e urbanização”. Não cita a fonte e deixa a impressão de que a exploração da madeira, que se sabe predatória, exerce papel mínimo no desmatamento, ou seja, uma parte dos 5%. É preciso considerar que os dados citados envolvem todo o histórico da urbanização da Amazônia. Sem um exame criterioso, podem relaxar a fiscalização dos predadores da floresta, da extração ilegal da madeira, do suborno de caciques, do mogno abatido e das queimadas.

Se não se der um basta à rápida degradação ecológica e à imposição do manejo racional auto-sustentado, o nosso fim será o mesmo das florestas do Sudoeste Asiático, devastadas pelas multinacionais. E elas já estão no Brasil.

Jarbas Passarinho, ex-governador, ex-senador e ex-ministro, participou da Assembleia Nacional Constituinte de 1987 e assumiu inúmeros cargos de importância nacional durante quatro décadas.

